

Proposta de acta relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2002

No dia trinta de Abril do ano de dois mil e dois, pelas vinte e uma horas, no edifício da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos:

~~Primeiro Ponto~~) Aprovação da proposta da acta da sessão anterior;

~~Segundo Ponto~~) Apreciação de informação escrita acerca da actividade da Câmara Municipal;

~~Terceiro Ponto~~) Aprovação da acta em minuta;

~~Quarto Ponto~~) Aprovação da proposta de regimento

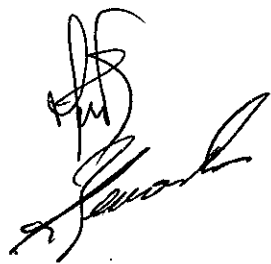
~~Quinto Ponto~~) Aprovação da conta de gerência relativa ao ano de 2001;

~~Sexto Ponto~~) Aprovação do relatório de Actividades relativo ao ano de 2001.

~~Sétimo Ponto~~) Aprovação dos Documentos Provisionais para 2002 (Grandes opções do Plano 2002-2005 e Orçamento 2002).

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão tendo-se verificado a presença dos seguintes elementos:

Germano António Alves Lopes Bagão, na qualidade de Presidente; Maria Teresa Grilo Ferro Cavalete Gomes, na qualidade de Primeiro Secretário; Luis Paulo Gomes Remourinho, na qualidade de Segundo Secretário; Jacinto Manuel Saeristão Valente; Luis Miguel Galvão Duarte; Joaquim António Gillete; Mariana José Grilo Ferro; Idalina Graça Mérica Gauco; Marcos Júlio Calado Caleiro; Célia Fátima Pinto Torrinha; Sara Cristina Cupido Ramos Graça



Srs. Srs. Pajote; Luis Manuel Serra Fernandes;
Rui Manuel Batista Varella Gusmão; António
João Coelho de Sousa; António Latur Tirapicos
Arraújo, na qualidade de Presidente da
Junta de Freguesia de Aguiar e José Jacinto
Bento Grave, na qualidade de Presidente da Junta
de Freguesia de Alcáçovas.

Verificaram-se as faltas do vogal Francisco
Manuel Peres Sabino e do representante da Junta
de Freguesia de Viana do Alentejo.

Em representação da Câmara Municipal esteve
o seu Presidente tendo estado também presentes
os Senhores Vereadores João Penetra e Manuel
António Fadista.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu
que a presente sessão está a ser realizada a
uma Terça-feira e não à sexta-feira como
havia sido acordado como dia mais conveniente
por razões apresentadas pela Câmara Municipal
e que se prende com a obrigatoriedade legal
de aprovação de alguns documentos até ao
final do mês de Abril.

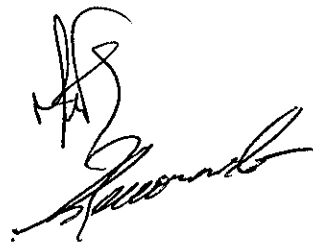
O Senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão
de um ponto adicional na ordem de trabalho:

~~Citamos~~ eleição de um Presidente da Junta
de Freguesia para integrar o
conselho cinegético Municipal.

A Assembleia autorizou por unanimidade a
inclusão deste ponto.

O vogal Luis Fernandes fez entrega à mesa
da Assembleia de um requerimento que se prende
com a ausência do representante da Junta de
Freguesia de Viana do Alentejo. O Senhor Presidente
recebeu-o e informou que o leria no período
de antes da ordem do dia.

Aberto o período de antes da ordem do dia



O senhor Presidente da Assembleia referiu que decorreu no passado dia 12 de Abril o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no qual participou conjuntamente com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, tendo o Senhor Presidente da Câmara sido eleito membro suplente do Conselho Directivo.

O Senhor Presidente da Assembleia disse ter estado presente nas cerimónias da segunda Romaria a Parada tendo-lhe sido entregue um quadro, como lembrança, que resolve entregar à Junta de Freguesia de Aguiar para que o possa expor, dado que a Assembleia Municipal não dispõe ainda de instalações próprias.

O Senhor Presidente da Assembleia passou depois a ler o requerimento do vogal Luis Fernandes o qual resumidamente refere que a convocatória para esta sessão deveria ter sido dirigida a um dos membros da Comissão administrativa anterior àquela que agora se encontra na Junta e que dado que nesta sessão a Junta de Freguesia não se encontra representada, propõe que a mesma sessão seja anulada. Verificaram-se algumas intervenções, designadamente do vogal Luis Miguel e Rui Gusmão, no sentido da discordância quanto à não realização desta sessão uma vez que tal facto só se justificaria com a inexistência de quórum, o que não é o caso. O Senhor Presidente da Câmara, a este respeito, também referiu que tendo os documentos que ser aprovados até ao final do mês de Abril, a não realização desta sessão levaria a Câmara a incorrer em ilegalidade por incumprimento de prazos.

O Senhor Presidente da Assembleia partilhou

Handwritten signature and initials.

das opiniões quanto à falta de suporte legal para a não realização da sessão e determinou o arquivamento do requerimento junto à acta relativa a esta sessão.

Verificou-se de seguida a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar para perguntar como está a decorrer a obra do Romão de Aguiar.

A vogal Célia Torrinha perguntou como está a decorrer a venda de lotes de terreno na urbanização do Poceirão e se o regulamento subjacente ainda é o mesmo.

O vogal Rui Gusmão, referindo-se ao Boletim Municipal, disse que seria bom que da parte da Câmara houvesse mais cuidado com a sua redacção e com a frequência dos erros de ortografia. Em sua opinião, a Assembleia Municipal também deveria merecer, em termos de Boletim Municipal, alguma visibilidade.

O vogal Luis Fernandes elogiou a actuação da Câmara quanto à tentativa de organização do trânsito aquando da II Romaria a Cavalos. Foi distribuído um folheto dando conhecimento do trajeto dosromeiros dentro da vila e solicitando que os moradores dessas ruas retirassem as suas viaturas. Os moradores acederam na íntegra a solicitação efectuada mas assim que o espaço ficou livre, outras pessoas de fora estacionaram. Assim, haverá talvez que colocar sinalização ou a G.N.R. terá que ter uma atitude mais vigilante para não se perder o objectivo.

Este vogal referiu-se ainda a algumas situações em Alcaçovas, de sinalização a tapas semáforos impedindo a sua viabilidade.

Referiu-se ainda este vogal à necessidade de

[Handwritten signature]

serem dados nomes a algumas ruas, substituindo-os pelas letras que lá se encontram.

Perguntou também se os jardineiros de Alcáçovas são funcionários da Câmara e se têm ou não direito a fardas.

Este vogal disse ainda saber que algumas pessoas de Alcáçovas se queixam de que a intervenção que está a ser feita a nível dos Pavimentos não é a indicada pois está-se apenas a pôr remendos.

Referiu ainda este vogal que tal como se embelezou uma das rotundas de Alcáçovas com uma peça alusiva ao artesanato local, também em Viana e Aguiar deveria ser feito o mesmo. Em Viana, possivelmente referenciando a Sr.^a d'Aires, os barros e os mármore e em Aguiar talvez referenciando os próprios trabalhadores rurais.

O vogal Marcos Caleiro, questionou a localização dos ecopontos em Alcáçovas e referiu se não haverá outro lugar para os colocar sem ser a Praça da República.

Este vogal perguntou também, relativamente à Estrada Alcáçovas - Alcácer, se não pode ser exercida alguma pressão sobre a entidade que tutela esta matéria no sentido da sua reparação eficaz. Este vogal disse ainda saber que está agendada para o dia 19 uma prova de Perícia automóvel no Bairro do Chão do Mocho em Alcáçovas. Disse nada ter contra a realização da prova mas considera que o sítio não é o adequado.

O vogal Marcos Caleiro referiu-se ainda à deficiente iluminação das Rotundas de Alcáçovas e concretamente na que se encontra junto ao Jardim Público, não se destaca a peça de

15
H.A. *[Signature]*

artesanato que lá se encontra. Este vogal referiu-se também à falta de iluminação da Estrada do Torrão.

O vogal Luis Fernandes disse que o mercado quinzenal de Viana que se realizaria no dia 25 de Abril foi antecipado para o dia 24 sem que os moradores soubessem.

O vogal Luis Miguel deu os parabéns à Câmara por ter conseguido manter durante oito anos, com regularidade, o Boletim Municipal. Não erê que se devam valorizar os erros pois "erros quem não os comete" e o que é certo é que o Boletim tem-se revelado um excelente meio de divulgação de iniciativas aos munícipes.

O senhor Presidente respondeu às questões colocadas:

- Quanto ao ponto de situação do Póssio de Águas disse que o projecto estava praticamente concluído há cerca de quatro meses. Contudo, não contemplava o acesso às residências das pessoas pelo que neste momento está a ser reformulado para que os moradores possam ter acesso pela rampa. A intenção é vir a lançar uma pequena empreitada.

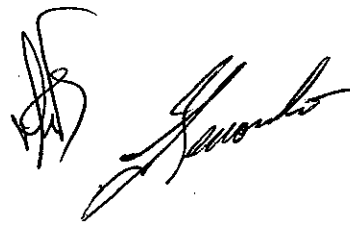
* - Quanto ao loteamento do Peceirão, disse que se encontra na Câmara um processo de licenciamento de um particular, para dois conjuntos de lotes que perfazem um total de sessenta e cinco. Existe um pré-acordo com o particular no sentido da Câmara se substituir a ele nas infraestruturas em contrapartida de trinta e três lotes. Só quando as infraestruturas estiverem feitas é que será possível avançar com o processo de venda dos terrenos.

O regulamento aplicável à venda de lotes

[Handwritten signature]

municipais é o que foi aprovado em Setembro do ano passado e que continua a aguardar propostas de alteração pois é um documento em aberto

- * - Quanto à intervenção do vogal Rui Gusmão, disse o Sr. Presidente acolher a recomendação para que haja mais cuidado na sua redacção. Disse que os primeiros Boletins Municipais que foram feitos, foram trabalho exclusivo dele próprio e do vereador João Penetra. Disse ter a consciência que o Boletim não é perfeito mas reconhece que o seu grande mérito é a regularidade com que tem sido distribuído ao longo dos últimos oito anos. Sabe que há Câmaras que fazem um Boletim por ano, realmente muito bem feito mas no qual se perde a actualidade. Outra das características que o Boletim Municipal tem revelado é a de informar sobre as coisas que aconteceram.
- Quanto à intervenção do vogal Luis Fernando o Sr. Presidente da Câmara registou o louvor quanto ao que referiu relativamente à II Romaria a Cavalos. Disse que a desobstrução das vias foi bem acolhida pelos residentes mas era suposto haver algum policiamento para garantir o não estacionamento, o que não se veio a verificar.
- Quanto aos sinais a tapar semáforos em Alcáçovas, disse o Sr. Presidente que irá averiguar pois não sabe o que se passa.
- Quanto às questões de toponímica, disse o Senhor Presidente que este é um processo meroso pois há muitas ruas para dar nomes. A par deste processo também deve decorrer o dos números de polícia. Quanto à denominação das ruas, o processo tem algumas especificidades



pois pode interferir com as sensibilidades das pessoas havendo até já petições de grupos de munícipes, sugerindo urnas.

* - Quanto ao jardimiro de Alcácoras, disse o Sr. Presidente que dois são funcionários da Câmara e há também formandos do Instituto de Emprego. Os funcionários, se não têm fardo deverão solicitarla ao respectivo encarregado e se já a têm deverão usá-la.

- Quanto aos Paramentos em Alcácoras, disse o Senhor Presidente que antes da colocação do tapete betuminoso, têm que ser tapados os buracos pelo que lhe parece haver alguma precipitação na análise.

* - Quanto às sugestões para embelezamento das rotundas, o Sr. Presidente considerou-as boas propostas e disse que ^{está} em curso um estudo para as de Viana, contemplando os elementos mármore, barro e água.

* - Quanto à antecipação do mercado, disse o Senhor Presidente que está publicado um edital já antigo referindo que os mercados serão antecipados para o dia anterior sempre que coincidam com feriados. Não houve por isso nenhuma informação específica no caso apontado. A Câmara está empenhada em apurar os mecanismos de informação aos munícipes esperando não ser depois acusada de propagandismo.

- Quanto aos ecopontos, disse o Sr. Presidente que pela sua dimensão carecem de um espaço aberto. Poderão a Praça da República não ser o sítio mais indicado, é contudo o possível. Este problema sente-se em todo o lado pois em qualquer local que aqueles



equipamentos sejam colocados há sempre prós e contras disse o Senhor Presidente registar a preocupação e aceitar qualquer sugestão por este processo não está de modo algum fechado.

- Quanto à estrada entre Alcáçovas e Alcaides, a competência segundo o Plano Rodoviário Nacional, é do Instituto de Estradas de Portugal. Já foram feitos contactos com este Instituto por parte das duas Câmaras mas até agora sem quaisquer efeitos práticos.

- Quanto à prova de Perícia automóvel no Chão do Udo, disse o Senhor Presidente não

* Saber de nada e crer nem sequer ser possível lá realizá-la.

- Quanto à deficiente iluminação da Rotunda do Chocalho em Alcáçovas, disse não se poder pronunciar por ainda não a ter visto.

- Quanto à iluminação da Estrada do Torrão disse que o protocolo com a EDP está feito cabendo agora àquela Empresa efectuar a ligação da luz.

O vogal Rui Gusmão disse que a sua intervenção quanto ao Boletim Municipal nada tem de ataque pessoal a ninguém e pretende sómente contribuir para a sua melhoria.

O vogal Luis Miguel também reforçando a sua intervenção quanto ao Boletim Municipal, disse que ao longo destes anos, muitos Municípios têm enviado louvres a este Boletim.

* O vogal José Jacinto Grave, quanto à localização dos ecopontos, concordou não ser fácil encontrar uma alternativa aos locais onde agora se encontram.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou

[Handwritten signature]

encerrado o período de antes da Ordem do dia.

Entrou-se na ordem de trabalhos:

Primeiro Ponto) "Aprovação da Proposta da acta da Sessão anterior"

Foi posta a discussão a proposta de acta relativa à sessão ordinária de vinte e oito de Fevereiro do ano corrente. O vogal Rui Guarnião referiu que as suas intervenções não estão inseridas na totalidade pelo que ditou a nova redacção que quer conste, por corresponder exactamente àquilo que disse na citada Sessão.

O vogal Luis Miguel Duarte e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal também introduziram pequenas alterações pontuais à proposta de acta. Depois de corrigida foi então votada tendo sido aprovada por unanimidade.

Segundo Ponto) "Apreciação de informação escrita acerca da actividade da Câmara Municipal"

A Assembleia não apresentou quaisquer intervenções acerca deste documento.

Terceiro Ponto) "Aprovação da acta em minuta"

* A Assembleia deliberou por unanimidade
* aprovar a acta desta sessão em minuta, no final da mesma

Quarto Ponto) "Aprovação da Proposta de Refinamento"

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a proposta em causa e enunciou algumas inovações em relação ao Regimento que vigorou até agora. Referenciou concretamente os artigos dedicados a:

- Intervenção do público;
- Criação de Grupos Municipais;



- Poderes, direitos e deveres dos membros da Assembleia;

- Regulamentação do uso da palavra

- Faltas, presenças e senhas de presença

- Grupos de Trabalho especializados

* O vogal Rui Gusmão fez um reparo quanto à moeda aparecer ainda expressa em escudos e não em euros e pediu esta correcção.

Referiu-se depois ao n.º 5 do art.º 39.º, discordando da limitação de cinco minutos para cada intervenção dos membros da Assembleia no período de antes da Ordem do dia. Perguntou este vogal porque é que não se impõe um tempo para a resposta. Disse que o Sr. Presidente da Assembleia tem competência para dirigir a sessão e a faculdade de cortar a palavra quando considerar que o vogal se está a exceder pelo que não vê necessidade de, expressamente, estar referido qual o tempo limite das intervenções. Referiu-se ainda este vogal ao art.º 41.º que continua a limitar o tempo das intervenções sem que na sua opinião se justifique.

* O vogal António Sousa disse discordar também da limitação do tempo das intervenções pois nunca existiu e sempre a Assembleia funcionou impregnada o bom senso.

O vogal Luís Fernandes também se manifestou neste sentido dizendo que o tempo de intervenção dos vogais deve ser deixado ao critério de quem conduz as sessões da Assembleia.

* O vogal Sousa disse que nesta proposta de regimento se nota uma excessiva preocupação em regulamentar, tendo-se passado "do 8 ao 80". Disse que os grupos de trabalho já funcionaram

Com o outro regimento seu que tivesse existido a necessidade de regulamentar exaustivamente esta matéria. Reforçou a opinião de que a questão mais importante é a que se prende com a limitação dos tempos de intervenção, principalmente no que se refere aos pontos da ordem de trabalho. Disse que deve superar o bom senso de quem intervém e de quem conduz a Assembleia.

O senhor Presidente da Assembleia, quanto às questões colocadas, propôs que a proposta de regimento seja retirada e limite do tempo de intervenção quanto aos pontos da ordem de trabalho e seja mantido quanto ao período de antes da ordem do dia. Com esta alteração, a proposta de regimento foi votada tendo sido aprovada por unanimidade.

Quinto Ponto) "Aprovação da Conta de Gerência relativa ao ano de 2001"

O senhor Presidente da Câmara disse que o documento em apreciação é predominantemente técnico pelo que convirá que sejam os vogais a colocar eventuais questões.

O vogal António Sousa, antes de tecer as suas considerações acerca do documento em análise, disse que as críticas que irá fazer são de natureza meramente institucional e nada têm de pessoal. Disse que quem o conhece sabe que não é sua postura fazer afrontas pessoais a quem quer que seja. Assim, começou então por dizer que a Conta de Gerência de 2001 reflecte uma fraca execução orçamental com a existência de grandes desvios entre o previsto e o realizado. Estes desvios, em grande parte originados pelo grande desequilíbrio da parte corrente, traduzem-se num déficit

JS

Assinado

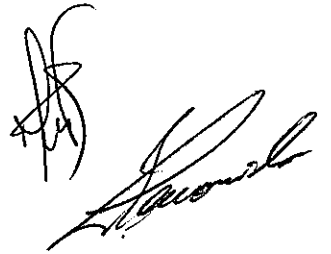
global da Ordem dos 33.000 contos.

- * Quanto ao endividamento municipal, disse que apesar de não ter havido recurso a novos empréstimos é um facto que a dívida de médio a longo prazo ainda é considerável. Recomendou pois alguma prudência para os anos futuros. Disse também que concertasse que a capacidade de endividamento do município ainda está longe do seu limite mas que a força política que agora governa, já governou antes e tratou as autarquias locais com aumentos de zero por cento.

- * Quanto às transferências para as freguesias disse o vogal António Sousa que a Junta de Freguesia de Apurias recebeu mais do que as outras duas em conjunto e mesmo assim teve problemas financeiros. Perguntou este vogal se foi feito algum diagnóstico da situação pois como é que recebendo mais verbas chega a Junta de Freguesia de Apurias a uma situação financeira tão má.

- * Disse este vogal que as análises que se fazem devem ter uma perspectiva evolutiva. Há uns anos atrás assumiu-se que os investimentos que foram realizados teriam sido difíceis de concretizar sem participação. Conseguiram-se financiamentos e por isso se chegou à situação que o próprio relatório de actividade, na sua introdução, reflecte. Este vogal formulou votos para que a Câmara Municipal possa ter o mesmo nível de apoio que tem tido até aqui e em sua opinião deverá haver muita prudência quanto ao futuro.

O vogal Luís Fernandes perguntou qual a justificação para que o desvio existente seja em grande parte motivado pelas despesas



correntes e perguntou se em 2002, estando aumentada uma verba superior, esse desvio se vai manter.

O senhor Presidente da Câmara sublinhou que o vogal Souse deixou de falar de festa de alto risco de que vinha falando. Disse que efectivamente em 1997, a dívida do município não era de um milhão de euros como foi afirmado pelo Partido Socialista mas sim de trezentos e tal mil euros.

Disse que na verdade tem alguma apreensão quanto ao futuro próximo das Autarquias locais. Sublinhou que o endividamento das Autarquias significa 2% para as 308 câmaras enquanto que os restantes 98% cabem ao Poder Central. Em contrapartida, o conjunto das Câmaras recebe 10% das receitas enquanto que o Poder Central fica com 90%. Assim, quem quiser equilibrar as Finanças Públicas através de cortes às Autarquias locais, certamente não atingirá o objectivo.

Quanto às questões concretas colocadas, disse o Senhor Presidente que elas são recorrentes. Disse também que a regra que é utilizada para elaborar o ^{plano} orçamento é fazer a inclusão das intenções de investimento e se partirmos deste pressuposto, não nos surpreendemos com os desvios apresentados. Com este cenário, torna-se inevitável o empolamento das Receitas.

Relativamente ao déficit global de 33.000 euros disse o Sr. Presidente que ele tem vindo a diminuir ao longo dos últimos oito anos. Referiu que o Saldo que transitou em 2000 foi de cerca de 47.000 euros e em 2001 de cerca de 15.000 euros.

Fácilmente se percebe que em um ano de eleição não fazia sentido estar a meter dinheiro.

[Handwritten signature]

seu se saber quem o iria gastar.

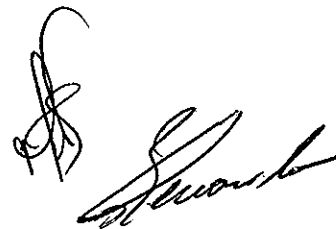
Quanto ao endividamento de médio e longo prazo, disse o Sr. Presidente que não se pode argumentar que ele é de risco pois cumpriu-se o serviço da dívida e não se recorreu a novos empréstimos. Diferente seria se se tratasse de empréstimos a curto prazo.

Quanto às transferências para as Freguesias, disse o Senhor Presidente ser este assunto também recorrente. A Junta de Freguesia de Afuia recebe mais dinheiro do que as outras duas por que o protocolo de delegação de competências é mais abrangente com esta junta. Quanto às dificuldades da Junta de Freguesia de Afuia disse não ser a pessoa indicada para responder. Contudo, é do conhecimento geral que autónomamente esta Junta de Freguesia não consegue sobreviver. O protocolo de delegação de competências contém algum mecanismo de correcção para substituir receitas que deviam vir do Poder Central, directamente.

Disse o Sr. Presidente não considerar que o Município esteja numa situação financeira delicada pois tem ainda por utilizar uma boa capacidade de endividamento.

Quanto à questão colocada pelo vogal Luís Fernandes, o Sr. Presidente disse que o Orçamento para 2002 é menor do que para 2001 em virtude das regras impostas pelo LOCAL. Até aqui fazia-se a previsão das despesas e empolavam-se as receitas até ao necessário. Agora a previsão de impostos, taxas e tarifas, não pode ser superior à média do recebido nos últimos dois anos.

O vogal Souse disse que por formação e por obrigação tem que ser rigoroso nas



análises e com desvios globais da ordem dos 60% e 70% não se pode falar de festão de régor.

O Senhor Vereador Penetra disse que comparando a execução orçamental de 2000 com a de 2001, verifica-se, relativamente à Despesa, que o seu acréscimo tem subjacente um aumento de lucro declarado pelas empresas de 120 mil contos. Prova-se assim que o aparecimento das zonas industriais foi um factor determinante neste aumento. Por outro lado, este aumento dos impostos directos cobrados na área do Município representa um acréscimo significativo do fundo Geral Municipal.

O aparecimento ~~da~~ ^{das} ~~zonas~~ ^{zonas} Industriais que há uns anos poderia parecer de risco veio a tornar-se rentável para o Município por contribuir para o aumento das suas receitas correntes.

O Senhor Presidente da Assembleia pôs de seguida a votação a Conta de Gerência relativa ao ano de 2001, tendo a mesma sido aprovada com 10 votos a favor, 1 abstenção por parte do vogal Luis Fernandes e 5 votos contra por parte dos vogais António Souse, Rui Gusmão, Marcos Caleiro, Célia Torrinha e Sara Pajolé.

Sexto Ponto) "Aprovação do Relatório de Actividades relativo ao ano de 2001"

O Senhor Presidente da Câmara quanto ao Relatório de Actividades, sublinhou que ele tem subjacente a grande aposta no Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, será necessário um grande esforço até 2005 e se a vinda dos fundos comunitários implicar o recurso ao crédito, disse o Senhor Presidente que não hesitará em seguir por essa via.



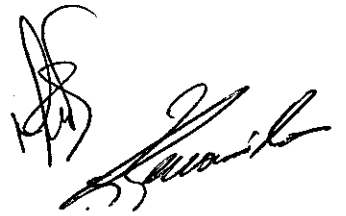
O senhor Presidente quis deixar claro que os fundos comunitários não são dinheiro do Governo. Os municípios tem revelado capacidade para gastar as verbas dos fundos comunitários enquanto que o Poder Central tem provocado a devolução do dinheiro a Bruxelas por falta de capacidade de execução. O governo financia através de Contrato-Programa e não através dos fundos Europeus de Investimento.

Votado o relatório de atividade relativo ao ano de 2001, foi o mesmo aprovado com 10 votos favoráveis, uma abstenção que parte do vogal Luís Fernandes e 5 votos contra por parte dos vogais António Sousa Rui Gusmão, Marcos Calero, Célia Torrinha e Sara Pajote.

Setimo Ponto) "Aprovação do documento "Revisão para 2002"

O vogal Sousa referiu que o documento deveria ser acompanhado de uma memória descritiva para melhor compreensão dos números. Relativamente ao Orçamento para 2002, consta-lhe que se prevê um acréscimo de 30% em corrente e de 40% em capital. Este acréscimo é baseado em transferências correntes, do Estado na Ordem dos 40% e de capital na Ordem dos 50%. Assim o déficit continuará a ser prática e os números apresentados podem servir para o município se vir a queixar do Governo pelo não recebimento das verbas esperadas.

Este vogal referiu que as grandes opções do Plano refletiam uma postura muito ambiciosa e até quase ~~irrealista~~ - 6,5 milhões de euros até 2005.



Como sugestão, este vogal recomendou cuidado com a lógica de "tudo ou nada" pois uma vez pode dar resultado mas se não correr bem "pode sair caro" à Câmara.

* O Senhor Presidente da Câmara disse que é evidente que os documentos são ambíguos mas se as propostas que eles contêm foram sufragadas pela população deste Concelho, a estratégia é a mais loufe possível. Se se conseguiu atingir a meta, tanto melhor!

Os documentos provisionais para 2002 foram então votados tendo sido aprovados com 10 votos favoráveis, 1 abstenção por parte do vogal Luis Fernandes e 5 votos contra por parte dos vogais António Sousa, Rui Gusmão, Marcos Caleiro, Célia Terrinha e Sara Pajote. (Gitaro Ponto) "eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Executivo Municipal".

* Com onze votos foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia - de Ilhéu das Flores para integrar o Conselho Executivo Municipal.

Presença de Público - Terminada a ordem de trabalhos e havendo público na sala verificou-se a intervenção do Senhor António Silva que começou por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia por ter alterado o regimento que até agora vigorou, proporcionando ao público a possibilidade de intervenção no início das sessões.

Seguidamente, deu conhecimento à Assembleia da Carta que enviou ao Sr. Governador Civil transmitindo o não reconhecimento do PSD quanto aos elementos que aquele veio a designar para integrar a Comissão

(Reunião de 30 / 04 / 02)



Administrativa da Junta de Freguesia

Este município falou ainda da necessidade de intervenção no Paço de Henriques e em Aldeias e quanto à derrama manifestou-se no sentido de considerar já elevados os 8% pois não representam acréscimos significativos de receita para o Município.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às duas horas e trinta minutos tendo a minuta desta acta sido aprovada por unanimidade no final da sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

Aprovada a 28 de Junho de 2002

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,



Concelho de

Viana

Todo o Sol do Alentejo